

**LOUCURA À MARGEM: FIGURAÇÕES DA EXCLUSÃO SOCIAL DO SUJEITO
CONSIDERADO LOUCO NA LITERATURA BRASILEIRA****DOI: 10.5281/zenodo.15052086****Ana Paula De Souza e Silva Simões¹**

RESUMO: Este estudo tem como objetivo analisar as figurações da exclusão social do sujeito considerado louco na literatura brasileira, investigando os mecanismos narrativos que reforçam ou questionam essa marginalização. Para isso, são estabelecidos três objetivos específicos: examinar como a loucura é representada em diferentes períodos da literatura brasileira, discutir a relação entre as narrativas literárias e as práticas institucionais de exclusão e analisar como a literatura contribui para a construção de imaginários sociais sobre a loucura. A metodologia empregada baseia-se na análise teórica de referências que discutem tanto o contexto histórico da exclusão dos sujeitos loucos quanto a sua representação na ficção literária. Foram selecionados materiais que evidenciam a interseção entre literatura, saúde mental e sociedade, organizados em categorias temáticas para compreender como a literatura reflete, reforça ou desconstrói estereótipos sobre a loucura. Os resultados da pesquisa apontam que a literatura brasileira desempenha um papel duplo: ao mesmo tempo em que reflete a exclusão social dos sujeitos considerados loucos, também problematiza essa marginalização, apresentando personagens que oscilam entre o delírio e a lucidez, a opressão e a resistência. Algumas narrativas reproduzem a ideia de loucura como uma anormalidade a ser corrigida, enquanto outras questionam os discursos dominantes, denunciando a violência institucional e reivindicando novas formas de reconhecimento desses sujeitos. Conclui-se que a ficção literária se constitui como um espaço privilegiado para a reflexão crítica sobre a loucura, desafiando modelos históricos de exclusão e sugerindo possibilidades de inclusão e resignificação. A literatura possibilita que os sujeitos considerados loucos transcendam o confinamento simbólico e social, contribuindo para a construção de um olhar mais humanizado e inclusivo.

Palavras Chave: Exclusão social; Louco; Literatura.

ABSTRACT: This study aims to analyze the representations of the social exclusion of the subject considered insane in Brazilian literature, investigating the narrative mechanisms that reinforce or question this marginalization. To this end, three specific objectives are established: to examine how madness is represented in different periods of Brazilian literature, to discuss the relationship between literary narratives and institutional practices of exclusion, and to analyze how literature contributes to the construction of social imaginaries about madness. The methodology used is based on the theoretical analysis of references that discuss both the historical context of the exclusion of insane subjects and their representation in literary fiction. Materials that highlight the intersection between literature, mental health, and society were selected and organized into thematic categories to understand how literature reflects, reinforces, or deconstructs stereotypes about madness. The results of the research indicate that Brazilian literature plays a dual role: while reflecting the social exclusion of individuals considered insane, it also problematizes this marginalization, presenting characters who oscillate between delirium and lucidity, oppression and resistance. Some narratives reproduce the idea of madness as an abnormality to be corrected, while others question dominant discourses, denouncing institutional violence and demanding new forms of recognition for these individuals. It is concluded that literary fiction constitutes a privileged space for critical reflection on madness, challenging historical models of exclusion and suggesting possibilities for inclusion and resignification. Literature allows individuals considered insane to transcend symbolic and social confinement, contributing to the construction of a more humanized and inclusive perspective.

Keywords: Social exclusion; Insane; Literature.

¹Doutoranda em Educação- Cefet-MG <https://orcid.org/0009-0009-1303-5580>

1 INTRODUÇÃO

A loucura, historicamente, tem sido compreendida sob diferentes perspectivas sociais, políticas e culturais, frequentemente associada a mecanismos de exclusão e segregação (Maria et. al. 2020). No Brasil, essa exclusão é refletida na literatura, que, ao longo do tempo, tem representado o sujeito considerado louco como um ser marginalizado, ora como figura trágica, ora como visionário incompreendido.

A maneira como esses sujeitos são retratados nas obras literárias reflete a percepção social sobre a loucura e sua relação com o poder, a disciplina e a normalização dos comportamentos (Nobrega, 2012). Assim, compreender as figurações da exclusão do sujeito louco na literatura brasileira permite não apenas uma análise estética e discursiva, mas também uma reflexão crítica sobre os dispositivos históricos e sociais que reforçam ou questionam essa exclusão.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar as figurações da exclusão social do sujeito considerado louco na literatura brasileira, identificando os mecanismos narrativos que reforçam ou problematizam essa marginalização. Para isso, são estabelecidos três objetivos específicos: (1) examinar como a loucura é representada em diferentes períodos da literatura brasileira, evidenciando continuidades e rupturas nos discursos sobre o tema; (2) discutir de que maneira as narrativas literárias refletem ou contestam as práticas institucionais e sociais de exclusão do sujeito louco; e (3) analisar como a literatura contribui para a construção de imaginários sociais sobre a loucura, reforçando estereótipos ou promovendo novas formas de compreensão desse sujeito na sociedade.

A justificativa para a realização desta pesquisa fundamenta-se na necessidade de compreender o papel da literatura como espaço de construção e questionamento dos discursos sociais sobre a loucura. Ao longo da história, a sociedade impôs normas rígidas de comportamento e racionalidade, classificando como loucos aqueles que se desviam dessas normas. A literatura, ao abordar essa temática, não apenas reflete esses processos de exclusão, mas também oferece possibilidades de resistência e ressignificação da experiência da loucura.

De acordo com Rosa et. al. (2023), com os avanços da luta antimanicomial e das políticas de inclusão, torna-se fundamental reavaliar as representações literárias do sujeito louco, a fim de compreender seu impacto na construção das percepções sociais e nos processos de exclusão e reconhecimento. Dessa forma, este estudo busca contribuir para a ampliação do

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

debate sobre a loucura na literatura brasileira, analisando criticamente os modos como essa condição tem sido figurada ao longo do tempo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Exclusão Social

A exclusão social configura-se como um fenômeno complexo que atinge diversos indivíduos e grupos, limitando seu acesso a direitos fundamentais como educação, saúde, trabalho e participação política. Esse processo está diretamente relacionado a desigualdades estruturais que permeiam a sociedade, sendo intensificado por fatores como pobreza, discriminação, deficiência, etnia e gênero (Santos, 2018).

A marginalização resultante da exclusão social impede que determinadas populações exerçam plenamente sua cidadania, contribuindo para um ciclo de desigualdade e vulnerabilidade que se perpetua ao longo das gerações (Borba et. al. 2011). A falta de oportunidades e de políticas inclusivas agrava esse cenário, tornando a mobilidade social um desafio para aqueles que se encontram à margem das dinâmicas econômicas e culturais predominantes.

No contexto histórico, a exclusão social tem raízes profundas em sistemas econômicos e políticos que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. Desde a escravidão até as políticas neoliberais contemporâneas, observa-se que a concentração de riqueza e poder em segmentos específicos da sociedade perpetua a segregação de populações mais vulneráveis.

A globalização, por sua vez, apesar de oferecer novas oportunidades, também reforça desigualdades, na medida em que muitos indivíduos não possuem os recursos necessários para competir em um mercado altamente exigente (Guerra, 2012). Dessa forma, a exclusão social não se limita apenas à pobreza material, mas engloba a privação de acesso à informação, ao consumo cultural e à participação política, reforçando a distinção entre grupos privilegiados e marginalizados.

As políticas públicas representam um elemento essencial no enfrentamento da exclusão social, uma vez que a intervenção do Estado pode mitigar as desigualdades por meio de iniciativas voltadas à inclusão (Guerra, 2012). Programas de transferência de renda, ações afirmativas, investimentos na educação e ampliação do acesso à saúde são estratégias fundamentais para reduzir a distância entre grupos sociais.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Para Santos (2018), a eficácia dessas medidas depende de sua continuidade e da adaptação às necessidades específicas das populações excluídas. A implementação de políticas de inclusão não pode ser vista como uma ação pontual, mas sim como um processo contínuo, que deve ser constantemente revisado e aprimorado de acordo com as transformações sociais e econômicas.

De acordo com Borba et. al. (2011), é fundamental que tais medidas sejam construídas a partir de um diálogo efetivo com os próprios grupos marginalizados, garantindo que suas demandas e especificidades sejam consideradas na formulação e execução das políticas públicas. Sem essa adaptação constante, corre-se o risco de que as ações inclusivas se tornem apenas paliativas, sem impactos significativos na redução das desigualdades estruturais.

A participação ativa da sociedade civil, por meio de organizações não governamentais e movimentos sociais, tem um papel crucial na reivindicação de direitos e na promoção de mudanças estruturais que possibilitem a inclusão e a equidade. Essas entidades atuam como mediadoras entre as populações vulneráveis e o Estado, fiscalizando a aplicação das políticas públicas e denunciando eventuais violações de direitos.

Movimentos sociais historicamente desempenharam um papel fundamental na conquista de avanços significativos na garantia de direitos para grupos marginalizados, pressionando governos e instituições a adotarem medidas concretas de inclusão e combate à desigualdade (Guerra, 2012). Sem essa atuação vigilante da sociedade civil, há o risco de que as políticas públicas sejam enfraquecidas ou até mesmo descontinuadas diante de mudanças políticas e econômicas.

Borba et. al. (2011) ressalta que, a exclusão social permanece como um desafio a ser superado por meio de políticas eficazes e transformações estruturais que promovam uma sociedade mais justa e igualitária. O enfrentamento dessa questão exige não apenas ações governamentais, mas também a mobilização de diversos setores da sociedade na construção de um ambiente inclusivo e acessível a todos. A erradicação da exclusão passa pela garantia de direitos fundamentais e pela valorização da diversidade, promovendo uma cidadania plena e efetiva para todos os indivíduos, independentemente de sua condição social, econômica ou cultural.

2.2 Sujeitos loucos e sociedade

A relação entre sujeitos considerados loucos e a sociedade tem sido marcada por um histórico de segregação, controle e estigmatização (Abreu et. al. 2023). Durante séculos, indivíduos com transtornos mentais foram vistos como ameaças à ordem social, sendo frequentemente isolados em instituições psiquiátricas e privados de direitos básicos.

A concepção da loucura como um desvio inaceitável levou à criação de estruturas disciplinares que buscavam domesticar e corrigir aqueles que não se adequavam às normas sociais vigentes. Desde a Idade Média, quando os chamados insanos eram lançados ao mar em embarcações sem rumo – as famosas "naves dos loucos" –, até a institucionalização dos manicômios nos séculos XVIII e XIX, a exclusão da pessoa louca consolidou-se como um mecanismo de controle social, refletindo o medo coletivo diante do que era considerado irracional ou incompreensível.

Com o avanço da psiquiatria e das ciências médicas no século XIX, a loucura passou a ser enquadrada dentro de um modelo patologizante, que reduzia a experiência subjetiva do sofrimento psíquico a diagnósticos clínicos rígidos (Abreu et. al. 2023). Esse processo de medicalização contribuiu para que a exclusão fosse legitimada sob um viés científico, intensificando o confinamento e a perda de autonomia dos indivíduos diagnosticados com transtornos mentais.

Manicômios e hospitais psiquiátricos transformaram-se em espaços de contenção, onde os sujeitos loucos eram frequentemente submetidos a práticas desumanizantes, como eletrochoques, isolamento e tratamentos invasivos, sem a possibilidade de exercerem qualquer forma de autodeterminação. Nesse contexto, a loucura não era apenas uma condição de sofrimento, mas também uma sentença de invisibilidade e exclusão sistemática.

A superação desse histórico de segregação exige não apenas mudanças nas políticas públicas, mas também uma transformação na forma como a sociedade percebe e lida com a diferença (Rosa et. al. 2023). É necessário romper com os estereótipos que reforçam a exclusão e promover uma cultura de respeito e acolhimento, onde os sujeitos considerados loucos possam exercer sua autonomia, ter acesso a oportunidades e participar ativamente da vida social sem medo da discriminação.

O modelo manicomial, predominante até meados do século XX, reforçou a ideia de que a loucura deveria ser contida e tratada à margem da vida comunitária, afastando esses sujeitos do convívio social e negando-lhes autonomia sobre suas próprias vidas (Arthur et. al. 2022).

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Esse cenário, contudo, começou a ser questionado com o avanço das ciências humanas e da psiquiatria social, que passaram a compreender a loucura como uma construção histórica e cultural, influenciada por discursos normativos que determinam quem deve ser considerado são ou insano.

O processo de patologização da loucura é intrinsecamente ligado às estruturas de poder que regulam comportamentos e estabelecem padrões de normalidade. A sociedade moderna desenvolveu mecanismos de vigilância e disciplina que impõem uma lógica produtivista e racional, excluindo aqueles que não se encaixam nesse modelo.

Na visão de Abreu et. al. (2023), o sujeito louco torna-se um indivíduo marginalizado, muitas vezes reduzido a um diagnóstico e desprovido de voz própria. Esse contexto evidencia a necessidade de uma abordagem mais humanizada e inclusiva, que reconheça a diversidade da experiência humana e promova o respeito à subjetividade dos indivíduos em sofrimento psíquico. O modelo biomédico, ao enfatizar exclusivamente a dimensão clínica da loucura, por vezes desconsidera os aspectos sociais e culturais que influenciam o adoecimento mental, reforçando a exclusão e o estigma.

A luta antimanicomial surge como um movimento fundamental para a reformulação das práticas psiquiátricas e da forma como a sociedade se relaciona com a loucura (Lemos et. al. 2020). A proposta de substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços de atenção psicossocial baseados na inserção comunitária representa um avanço na garantia dos direitos dessas pessoas, permitindo que possam construir trajetórias de vida fora do confinamento institucional.

A reformulação das políticas públicas de saúde mental, aliada ao fortalecimento de redes de apoio, mostra-se essencial para combater a exclusão e promover a dignidade dos sujeitos loucos (Maia et. al. 2020). O modelo de atenção psicossocial, que busca substituir a lógica manicomial pelo cuidado em liberdade, representa um avanço significativo na garantia dos direitos dessas pessoas, proporcionando-lhes a possibilidade de reinserção social e autonomia no manejo de suas vidas.

Serviços como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), programas de residência terapêutica e iniciativas de empregabilidade assistida são exemplos de estratégias que contribuem para uma abordagem mais humanizada e eficaz no acompanhamento das demandas em saúde mental (Rosa et. al. 2023). No entanto, ainda persistem desafios que comprometem a efetividade dessas políticas, como a insuficiência de recursos destinados à ampliação e

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

qualificação dos serviços substitutivos, a carência de profissionais capacitados para atuar segundo essa nova perspectiva e a fragmentação na articulação entre os diferentes setores da assistência social, da saúde e da educação.

Muitas vezes, familiares, comunidades e até mesmo profissionais da saúde reproduzem práticas discriminatórias, dificultando a implementação de ações que favoreçam a autonomia desses indivíduos. Sem uma mudança estrutural que envolva tanto o aparato institucional quanto a mentalidade social, os avanços no campo da saúde mental permanecerão limitados e sujeitos a retrocessos.

De acordo com Maia et. al. (2020), a relação entre os sujeitos loucos e a sociedade continua sendo atravessada por disputas discursivas e políticas que determinam o lugar da loucura no espaço social. A superação da exclusão passa pela desconstrução de estereótipos e pela implementação de práticas inclusivas que respeitem a singularidade de cada indivíduo. A construção de uma sociedade mais acolhedora e democrática exige o reconhecimento de que a loucura faz parte da condição humana e que os sujeitos em sofrimento psíquico têm direito à cidadania plena, à autonomia e à participação ativa na vida coletiva.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada para a realização deste estudo baseia-se na revisão de literatura, permitindo uma análise aprofundada das figurações da exclusão social do sujeito considerado louco na literatura brasileira. Essa abordagem tem como objetivo examinar criticamente produções acadêmicas e literárias que dialogam com a temática da loucura e suas representações, buscando compreender como essas narrativas refletem ou contestam os discursos institucionais e sociais que marginalizam esses indivíduos. A revisão de literatura possibilita um panorama teórico abrangente, reunindo diferentes perspectivas sobre o tema e fundamentando a interpretação das obras literárias analisadas.

Para a condução da pesquisa, foram selecionados textos acadêmicos, artigos científicos e livros que abordam a exclusão social, a loucura e sua representação na literatura. Os critérios de seleção incluíram publicações que discutem tanto o contexto histórico da loucura e sua relação com a sociedade quanto análises literárias que evidenciam o papel das narrativas na construção e na desconstrução de estereótipos sobre os sujeitos loucos. A partir dessa seleção, foram organizadas categorias temáticas que possibilitam a compreensão dos diferentes modos pelos quais a literatura brasileira figurou a exclusão desses indivíduos ao longo do tempo.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

A revisão de literatura foi estruturada de maneira a apresentar, primeiramente, uma contextualização sobre a exclusão social e suas manifestações históricas e políticas. Em seguida, discute-se a relação entre os sujeitos considerados loucos e as normas sociais, analisando como discursos médicos, jurídicos e culturais contribuíram para sua marginalização. Por fim, a pesquisa foca nas obras literárias que problematizam ou reproduzem essa exclusão, destacando a forma como a literatura atua como espaço de resistência e reflexão crítica sobre a loucura e suas implicações sociais.

Dessa forma, a metodologia utilizada neste estudo possibilita uma análise interdisciplinar, articulando referências teóricas da sociologia, da história e da literatura para compreender as figurações da exclusão social do sujeito louco. A abordagem baseada na revisão de literatura permite não apenas identificar padrões recorrentes na representação da loucura, mas também refletir sobre os impactos dessas representações na construção de imaginários sociais. Assim, busca-se contribuir para o debate acadêmico sobre a loucura na literatura brasileira, ampliando a compreensão sobre os processos históricos e culturais que perpetuam ou desafiam a exclusão desses sujeitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura brasileira tem desempenhado um papel fundamental na representação das figuras da exclusão social, especialmente no que diz respeito ao sujeito considerado louco. Ao longo da história, as narrativas literárias vêm construindo personagens marginalizados que evidenciam as tensões entre a normatividade social e aqueles que se encontram à margem das estruturas estabelecidas (Lopes, 2006).

Essas figuras literárias, muitas vezes retratadas como indivíduos incompreendidos, desajustados ou vítimas de um sistema que os oprime, refletem não apenas a maneira como a sociedade lida com a loucura, mas também os discursos médicos, jurídicos e culturais que historicamente legitimaram a exclusão e o confinamento dessas pessoas.

De acordo com Massi et. al. (2010), a literatura não se limita a reproduzir a marginalização do sujeito louco, mas também questiona as estruturas de poder que definem o que é sanidade e o que é desvio, desafiando as concepções hegemônicas sobre normalidade. Ao apresentar personagens cujas experiências de loucura se desdobram em narrativas de resistência, transgressão ou mesmo de genialidade, os textos literários promovem uma reflexão crítica sobre os processos de exclusão e inclusão na sociedade.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Alguns autores constroem personagens que oscilam entre o delírio e a lucidez, revelando a fragilidade das fronteiras entre razão e insanidade, enquanto outros denunciam explicitamente a violência do confinamento psiquiátrico e a negação de direitos dos considerados loucos (Nobrega, 2012). Outro aspecto relevante é que, em muitas obras, a loucura também é explorada como uma metáfora para a opressão e a alienação social, estabelecendo paralelos entre o indivíduo tido como insano e aqueles que sofrem outras formas de exclusão, como os pobres, os racializados e os dissidentes políticos.

Dessa forma, a literatura brasileira não apenas registra as dinâmicas de exclusão, mas também possibilita novas formas de compreensão da loucura, dando voz a sujeitos historicamente silenciados. Assim, o campo literário torna-se um espaço de disputa simbólica, onde a loucura pode ser ressignificada, desafiando os paradigmas dominantes e ampliando as possibilidades de interpretação e aceitação do sujeito louco dentro da sociedade.

O sujeito louco, muitas vezes retratado como insano, visionário ou incompreendido, carrega em si a marca da exclusão, sendo privado de voz e autonomia dentro da sociedade. Essas representações refletem não apenas o olhar social sobre a loucura, mas também os dispositivos de poder que determinam quem pode ou não ser incluído nos espaços de convivência e reconhecimento social.

A exclusão do sujeito louco na literatura brasileira se manifesta em diversas formas, desde o confinamento físico até a segregação simbólica. Autores de diferentes períodos exploraram essa temática ao apresentar personagens cuja condição mental os coloca em confronto com normas e convenções estabelecidas (Massi et. al. 2010). O isolamento, a medicalização compulsória e a negação de direitos aparecem recorrentemente como estratégias narrativas para evidenciar a marginalização imposta a esses indivíduos.

De acordo com Nobrega (2012), a loucura é frequentemente associada à genialidade ou à sensibilidade extrema, o que, paradoxalmente, reforça a dualidade entre exclusão e reconhecimento. Essa ambivalência se manifesta em diversas produções literárias, nas quais o sujeito louco ora é retratado como uma figura trágica e marginalizada, ora como um visionário cuja percepção aguçada transcende os limites da racionalidade estabelecida pela sociedade. Em muitas narrativas, a loucura é representada como um estado de ruptura com a normatividade, um desvio que coloca o indivíduo em oposição às regras e convenções sociais, levando-o à rejeição e ao isolamento.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

Ao mesmo tempo, essa condição também pode ser interpretada como uma forma de liberdade, permitindo ao sujeito louco enxergar além do que é visível para aqueles que seguem os padrões convencionais. Dessa maneira, a literatura não apenas reproduz os estigmas sobre a loucura, perpetuando a ideia de que o insano deve ser controlado ou afastado, mas também provoca reflexões sobre os limites entre razão e delírio, sanidade e desvio, questionando até que ponto os conceitos de normalidade são construções sociais arbitrárias.

Para Lopes (2006), ao explorar a figura do louco como símbolo de resistência ou de conhecimento oculto, a literatura desafia as formas tradicionais de exclusão, abrindo espaço para a compreensão da loucura como parte da diversidade da experiência humana. Essa abordagem ressignifica a condição da loucura, afastando-se da perspectiva patologizante e punitiva historicamente atribuída a esses sujeitos e permitindo que suas vozes sejam ouvidas e reconhecidas dentro do espaço literário.

Muitas narrativas, ao invés de apresentarem o louco apenas como um desajustado ou um ser socialmente inútil, conferem-lhe um papel central na trama, no qual sua visão de mundo é capaz de revelar aspectos ocultos da realidade ou expor as contradições do sistema normativo imposto pela sociedade. Dessa maneira, a literatura transforma a loucura em um dispositivo crítico, que questiona os limites entre sanidade e desvio, razão e irracionalidade, inclusão e exclusão.

Para Foucault (2019), a figura do louco na literatura frequentemente assume um caráter de denúncia, funcionando como uma representação simbólica dos marginalizados em diversas esferas da vida social. Em algumas obras, a loucura surge como uma resposta à opressão, seja por meio da recusa às regras impostas, seja pela impossibilidade de adaptação a um sistema excludente.

Ao desestabilizar as concepções rígidas sobre a normalidade, essas narrativas literárias evidenciam como o conceito de loucura é, em grande parte, uma construção social utilizada para classificar e disciplinar aqueles que fogem dos padrões convencionais. Assim, ao invés de reforçar o estigma da alienação, a literatura possibilita a emergência de novas leituras sobre a loucura, reconhecendo-a como uma forma de existência legítima e digna de consideração.

Através de personagens que desafiam as normas estabelecidas e que, muitas vezes, possuem uma percepção singular da realidade, os textos literários abrem caminho para a crítica das políticas de reclusão e para a valorização de formas alternativas de entendimento da subjetividade humana (Providello, 2013). Dessa forma, ao lançar um novo olhar sobre a

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

loucura, a literatura não apenas questiona o status quo, mas também amplia o debate sobre inclusão, respeito à diversidade e direitos humanos, promovendo uma reflexão sobre o papel da sociedade na perpetuação da exclusão e no reconhecimento da pluralidade da experiência humana.

Ao longo do tempo, algumas obras passaram a questionar a violência institucional imposta ao sujeito louco, problematizando a maneira como ele é tratado pelo Estado e pela sociedade. Com a ascensão da luta antimanicomial e a reformulação das políticas de saúde mental, surgiram produções literárias que denunciam a repressão psiquiátrica e propõem novas formas de olhar para aqueles considerados fora dos padrões normativos.

Na sua obra Lopes (2006) ressalta que, a loucura deixa de ser apenas um traço de anormalidade e passa a ser compreendida como um aspecto da diversidade humana. A literatura torna-se, assim, um espaço de resistência, permitindo que vozes historicamente silenciadas sejam ouvidas e reconhecidas. Ainda que muitas narrativas continuem reforçando estereótipos, outras contribuem para a desconstrução do imaginário excludente que cerca o sujeito louco.

A literatura brasileira desempenha um papel crucial na representação e na crítica das figurações da exclusão social do sujeito considerado louco. Ao explorar as diferentes formas de marginalização, os textos literários não apenas refletem a realidade, mas também contribuem para a transformação do olhar social sobre a loucura.

A literatura possibilita que esses sujeitos transcendam o confinamento imposto pelas estruturas sociais e alcancem novas formas de existência simbólica, questionando os limites da normalidade e da exclusão (Nobrega, 2012). Por meio de narrativas que exploram a complexidade da experiência da loucura, a ficção rompe com a lógica excludente que historicamente marginalizou esses indivíduos, permitindo que sejam representados em sua diversidade, com voz própria e não apenas como objetos de estudo ou controle.

A literatura, ao dar visibilidade às vivências dos sujeitos considerados loucos, desafia as categorias rígidas que os enquadram como desvios da norma, evidenciando que a percepção da sanidade é construída socialmente e historicamente mutável. Dessa forma, as obras literárias atuam como um espaço de resistência, onde o louco pode ser mais do que um estereótipo de irracionalidade ou perigo, assumindo protagonismo e reivindicando sua própria subjetividade.

Além de questionar as fronteiras entre sanidade e loucura, a literatura contribui para a revisão crítica dos mecanismos institucionais que historicamente impuseram a exclusão e o confinamento a esses sujeitos (Foucault, 2019). Ao trazer personagens que desafiam as normas

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

sociais, muitas narrativas expõem as falhas dos sistemas de tratamento psiquiátrico, a violência dos manicômios e os impactos da medicalização excessiva sobre indivíduos rotulados como insanos. Essas representações denunciam o abandono, o abuso e a desumanização que marcaram a trajetória de muitos desses indivíduos, promovendo uma reflexão sobre a responsabilidade da sociedade na perpetuação dessas práticas.

Em algumas narrativas, a loucura é apresentada como uma forma alternativa de percepção do mundo, que pode carregar tanto sofrimento quanto criatividade e revelação. Diferentes obras literárias exploram essa dualidade ao retratar personagens que, embora marginalizados pela sociedade, possuem uma sensibilidade aguçada ou um olhar único sobre a realidade, muitas vezes revelando verdades ocultas ou questionando as normas estabelecidas (Providello, 2013).

Essa abordagem rompe com a visão estritamente patológica da loucura, permitindo que esses sujeitos sejam compreendidos para além dos diagnósticos médicos e das instituições que historicamente os silenciaram. Dessa maneira, a literatura torna-se um espaço onde o louco não é apenas o "outro" a ser controlado, mas um indivíduo cuja experiência pode ser legitimada e valorizada dentro de um contexto social mais amplo.

O campo literário amplia os horizontes do debate sobre a inclusão, desafiando a concepção reducionista que vê o louco apenas como um ser incapaz ou perigoso (Providello, 2013). Em muitas obras, a loucura não é representada como um estado puramente negativo, mas como uma experiência que permite a transcendência dos limites impostos pela razão convencional. Esse tipo de abordagem ressignifica a figura do sujeito louco, retirando-o da condição de mero objeto de controle e transformando-o em um agente ativo da narrativa.

Ao permitir que a loucura seja interpretada como uma manifestação de liberdade, imaginação ou mesmo de resistência ao sistema social vigente, a literatura questiona o estatuto normativo da sanidade, propondo uma reflexão crítica sobre a forma como a sociedade define o que é "normal" e quem tem o direito de pertencer a ela (Nobrega, 2012).

Ao reconfigurar esses sujeitos dentro das tramas literárias, as obras não apenas questionam os limites da exclusão, mas também promovem novas formas de reconhecimento. A representação da loucura na literatura não se limita a um retrato da marginalização, mas também aponta para possibilidades de aceitação e integração desses indivíduos dentro do tecido social. Algumas narrativas sugerem que a diferença não precisa ser um fator de segregação, mas pode, ao contrário, enriquecer as relações humanas e expandir as noções de identidade e

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

pertencimento. Dessa forma, a literatura contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva e humanizada, onde a diversidade da experiência humana é reconhecida e respeitada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura brasileira revela-se como um espaço fundamental para a problematização das figurações da exclusão social do sujeito considerado louco, permitindo tanto a reprodução de discursos excludentes quanto a sua desconstrução. As representações literárias da loucura ao longo da história demonstram que essa condição foi, muitas vezes, utilizada como um marcador de marginalização e opressão, reforçando a necessidade de segregação social.

No entanto, a ficção também tem desempenhado um papel crítico, questionando os limites arbitrários entre sanidade e desvio, normalidade e diferença, possibilitando a ressignificação do louco como um sujeito de direitos, dotado de subjetividade e pertencente ao tecido social.

A literatura atua como um instrumento de denúncia e reflexão, evidenciando a violência institucional imposta aos sujeitos diagnosticados como loucos e os impactos do confinamento, da medicalização compulsória e da exclusão social. As narrativas literárias têm o poder de dar voz a esses indivíduos historicamente silenciados, oferecendo novas perspectivas sobre a sua condição e desafiando as estruturas que perpetuam o estigma e a marginalização. O papel da literatura, portanto, não se limita à reprodução de representações da loucura, mas se expande para a criação de possibilidades de inclusão e reconhecimento desses sujeitos dentro do espaço simbólico e social.

Dessa forma, ao analisar as diferentes figurações da loucura na literatura brasileira, este estudo contribui para a compreensão do impacto das narrativas na construção dos imaginários sociais sobre a exclusão e inclusão dos sujeitos loucos. A ficção literária não apenas reflete as práticas e discursos dominantes em cada período histórico, mas também serve como um meio de contestação e resistência, capaz de provocar transformações no olhar social sobre a loucura. O reconhecimento da diversidade das experiências humanas e a superação das práticas excludentes dependem, em grande parte, da desconstrução dos estereótipos que reforçam a marginalização desses indivíduos.

Portanto, a literatura permanece como um espaço privilegiado de debate e ressignificação da loucura, desafiando modelos históricos de exclusão e sugerindo novas possibilidades de convivência e aceitação do sujeito considerado louco na sociedade. O

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

fortalecimento do olhar crítico sobre essas representações é essencial para que a ficção continue desempenhando seu papel como mediadora de discursos e promotora de reflexões sobre os direitos, a dignidade e a cidadania desses indivíduos. Ao ampliar o debate sobre a relação entre loucura e exclusão social, este estudo reforça a importância da literatura na construção de uma sociedade mais inclusiva e humanizada.

REFERÊNCIAS

ABREU PESTANA, D. M. A.; PEREIRA, E. E.; NUNES, A. C. F.; BATISTA, L. R. A loucura significada na sociedade: o real, simbólico e o imaginário social. *Convergências: estudos em Humanidades Digitais*, v. 1, n. 2, p. 227-238, 2023.

ARTHUR, N.; DE ALBUQUERQUE COSTA, R. Os caminhos da loucura: recortes sobre o papel do louco e os cuidados em saúde mental na história. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health*, v. 14, n. 38, p. 74-90, 2022.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011.

FOUCAULT, M. A história da loucura na idade clássica. Tradução de José T. C. Netto. 12 ed. São Paulo: Perspectiva: 2019.

GUERRA, P. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angola de Sociologia: Estrutura social e marginalização social*, v.10, p. 91-110, 2012.

LEMO, F. C. S.; GALINDO, D. C. G.; RODRIGUES, R. V.; SAMPAIO, A. M. Práticas de medicalização: problematizações conceituais a partir de Michel Foucault. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, v. 9, n. 2, p. 232-244, 2020.

LOPES, Leme José. A psiquiatria de Machado de Assis. Rio de Janeiro: Agir, 1974. MAFFESOLI, Michel. Comunidade e destino. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 273-283, jan./jun. 2006.

MAIA, A. F.; GRADELLA JÚNIOR, O. A educação em direitos humanos como suporte às políticas antimanicomiais: história e memória. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, p. 1-15, 2020.

MASSI, Augusto; MOURA, Murilo Marcondes de. Lima Barreto. Diário do Hospício e Cemitério dos vivos. Prefácio Alfredo Bosi. Organização e notas: Augusto Massi, Murilo Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

NÓBREGA, Juliana Fernandes et al. A sociologia compreensiva de Michel Maffesoli: implicações para a pesquisa em enfermagem. *Cogitare Enferm*, Curitiba, n. 17, n. 2, p. 373-376, abril/jun. 2012.

PROVIDELLO, Guilherme Gonzaga Duarte; YASUI, Silvio. A loucura em Foucault: arte e loucura, loucura e desrazão. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, [S. l.] v. 20, p. 1515-1529, 2013.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA - REC

ROSA, R. B.; DOS SANTOS, M. F. R. A história da saúde mental. *Revista Transformar*, v. 17, n. 1, p. 279-294, 2023.

SANTOS, P. R. F. dos. Dos limites da cidadania crítica à crítica dos limites da cidadania: perspectivas teóricas e projetos políticos em disputa no Serviço Social brasileiro. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.